



TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2018
EDITAL Nº 10/2018 – PROCESSO 2060/2018

De conformidade com a determinação do Superintendente do SAAE de Rio das Pedras, faço público, para conhecimento dos interessados, que acha-se aberto, a **Tomada de Preços Nº 02/2018**, destinada à **contratação de empresa de engenharia para elaboração do projeto executivo do sistema de afastamento (coletor tronco) do córrego Tijucu Preto no Município de Rio das Pedras**, pelo tipo "menor preço global", regido pela Lei Federal Nº 8.666/93 e demais legislações expressa no item 3, deste Instrumento Convocatório.

Os envelopes com a documentação e a proposta deverão ser protocolados no Setor de Protocolo do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Rio das Pedras, situado à Avenida Dr. Adhemar de Barros, nº 496, Centro, Rio das Pedras/SP, **até às 10h00min. do dia 25 de julho de 2018.**

O início da abertura dos envelopes será **às 10h30min. do dia 25 de julho de 2018**, no mesmo endereço acima citado, 1º andar – Sala de Licitações.

1 - DO OBJETO

1.1. **Contratação de empresa de engenharia para elaboração do projeto executivo do sistema de afastamento (coletor tronco) do córrego Tijucu Preto no Município de Rio das Pedras**, conforme especificado, detalhado e quantificado no Termo de Referência, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro, que fazem parte integrante deste edital.

2 - DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.1. As despesas supra oriundas da contratação ora licitada serão atendidas pelas seguintes dotações orçamentárias: 44.90.51.99.

2.2. Orçamento estimativo como fator limitante **R\$ 217.895,33 (duzentos e dezessete mil e oitocentos e noventa e cinco reais e trinta e três centavos).**

Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO: R\$ 196.105,80 (cento e noventa e seis mil e cento e cinco reais e oitenta centavos) e Recursos Próprios: R\$ 21.789,53 (vinte e um mil e setecentos e oitenta e nove reais e cinquenta e três centavos).

3 - DO SUPORTE LEGAL

3.1. Esta licitação é regulada pelos seguintes dispositivos legais:

3.1.1. Constituição Federal; Lei Orgânica Municipal; Lei Federal Nº: 8.666/93; Lei Federal Nº: 8.880/94; Lei Federal Nº: 8.883/94; Lei Federal Nº: 9.032/95; Lei Federal Nº: 9.069/95; Lei Federal Nº: 9.648/98; Lei Federal Nº: 9.854/99; Lei Complementar nº 123/2006; Lei nº 12.440/2011; Demais disposições legais passíveis de aplicação, inclusive, subsidiariamente os princípios gerais de Direito.

4 – DAS RESTRIÇÕES E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderá participar da presente licitação toda e qualquer empresa que satisfaça as condições do presente Edital e seus anexos, exceto as empresas suspensas pelo Município de Ipeúna ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta, nos termos dos incisos III e IV do artigo 87 da Lei 8666/93, com falência e ainda, aquelas enquadradas nas disposições do art. 9º, da Lei Federal nº 8.666/93.

4.2. A participação das empresas se fará isoladamente;

4.2.1. Não é permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.



4.3. Para participar da presente licitação as empresas interessadas deverão efetuar garantia prévia de **R\$ 2.178,95 (dois mil e cento e setenta e oito reais e noventa e cinco centavos)**., correspondente a 1% do valor estimado da licitação, em uma das modalidades previstas no "caput" e parágrafo 1º do artigo 56, da Lei Federal nº 8.666/93.

4.3.1. Se for prestada na modalidade de Fiança Bancária ou Seguro Garantia, a mesma deverá estar no envelope de nº 01 – Documentos e ter validade de no mínimo **120 (cento e vinte) dias**, contados da data limite para a entrega das propostas da presente licitação e, se for em dinheiro, deverá ser recolhida mediante guia oficial a ser fornecida pelo Setor de Arrecadação do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Rio das Pedras.

4.3.2. A garantia será devolvida aos licitantes após a assinatura do contrato, sendo que, a garantia do licitante vencedor, poderá ficar retida como parte da garantia de execução do contrato.

4.4. Os interessados em participar da presente licitação poderão realizar visita técnica com vistas à elucidação de dúvidas e verificação do local das obras, devendo, para tanto, agendá-la junto ao Departamento de Licitações, através do telefone (19) 3493-3070.

4.4.1. Durante a Visita Técnica, o SAAE disponibilizará um funcionário para esclarecer quaisquer dúvidas existentes.

5 - DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

5.1. Maiores informações e esclarecimentos referentes a presente licitação serão fornecidas pelo Setor de Licitações, situado à Avenida Adhemar de Barros, n.º 496, Centro, cidade de Rio das Pedras ou através do telefone (19) 3493-3070.

5.2. Em caso de não solicitação pelos proponentes, de esclarecimento e informações, pressupõe-se que os elementos fornecidos, são suficientemente claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, o direito a qualquer reclamação.

5.3. Os pedidos de esclarecimentos e/ou questionamentos, acerca deste edital, serão impreterivelmente respondidos no prazo máximo de dois dias úteis, contados da data de recebimento dos mesmos. As respostas serão disponibilizadas por e-mail aos interessados.

6 - DOS PRAZOS - DOS DOCUMENTOS - DA PROPOSTA

6.1. Os licitantes deverão entregar no Setor de Protocolo do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Rio das Pedras, à Avenida Adhemar de Barros nº 496, Centro, Rio das Pedras/SP, até às 10h00min. do dia 25 de julho de 2018, a documentação e a proposta correspondentes a sua participação, em 02 (dois) envelopes, fechados, contendo em sua parte externa:

NOME DO LICITANTE

AO

SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE RIO DAS PEDRAS

SETOR DE LICITAÇÕES

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2018

Envelope nº 01 (um) – DOCUMENTOS

6.2. Os documentos exigidos no envelope Nº 01 (um), são os seguintes:

6.2.1. **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;

6.2.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;



6.2.3. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

6.2.4. **Comprovante de inscrição** no Cadastro de Contribuintes **Estadual ou Municipal**, se houver, relativos ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.2.5. Comprovante de regularidade para com as **Fazendas Federal, Estadual e Municipal**, da sede do licitante, com validade em vigor ou, não havendo validade expressa, expedida com data não superior a 03 (três) meses anteriormente da data limite para o recebimento das propostas da presente licitação, devendo ser comprovada como segue:

6.2.5.1. Certidão Conjunta Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Relativos a **Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, da sede ou domicílio da licitante, com validade em vigor, com abrangência das Contribuições Sociais;

6.2.5.2. Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de **Débitos de Tributos Mobiliários Estaduais inscritos em dívida ativa**, da sede ou domicílio do licitante, com validade em vigor, de acordo com a lei;

6.2.5.3. Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de **Débitos de Tributos Mobiliários Municipais**, da sede ou domicílio do licitante, com validade em vigor, de acordo com a lei;

6.2.6. Certificado de regularidade do **FGTS** - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

6.2.7. **Certidão de Regularidade de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, conforme alteração introduzida no inciso IV, do art.27, da lei 8.666/93, pela Lei 12.440, de 07/07/2011;

6.2.8. **Certidão Negativa de falência**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com validade em vigor, ou não havendo validade expressa, com data não superior a **90 (noventa) dias** da data limite para o recebimento das propostas da presente licitação;

6.2.8.1. Empresas que se encontrarem em recuperação judicial deverão apresentar Plano de Recuperação já homologado pelo juiz competente e em pleno vigor;

6.2.9. **Balanco Patrimonial** e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, expedido por contador devidamente habilitado;

6.2.9.1. Admitir-se-á atualização dos valores por índices oficiais, quando o balanço tiver sido encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação das propostas;

6.2.9.2. A comprovação da boa situação financeira da empresa deverá ser **feita e demonstrada** de forma objetiva e utilizar as seguintes fórmulas contábeis, para obtenção dos índices que deverão atender:

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} \geq 1,00$$



$$LC = \frac{AC}{PC} \geq 1,00$$

$$IE = \frac{PC+ELP}{AT} \leq 0,75$$

Sendo :

LG = Liquidez Geral

LC = Liquidez Corrente

IE = Índice de Endividamento

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

6.2.10. **Anexo II** – Declaração de que conhece o Edital;

6.2.11. **Anexo III** – Declaração de que cumpre o inciso XXXIII do artigo 7º, da Constituição Federal;

6.2.12. **Anexo IV** - Dados cadastrais da empresa e do responsável, devidamente preenchida e assinada;

6.2.13. **Anexo V** - Em sendo empresa na categoria Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, apresentar a Declaração constante deste anexo, para fruição dos benefícios da LC nº 123/06, devendo apresentar à mesma, documento legal comprovando seu enquadramento, expedido pela **Junta Comercial**, com data não superior a **180 (cento e oitenta) dias da sua emissão**;

6.2.14. **Anexo VI** - Declaração sob as penas da lei, de que não está impedida de participar de licitações ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta e que não é declarada inidônea pelo Poder Público, de quaisquer esferas da Federação. Não se encontra, nos termos da legislação em vigor ou desta Concorrência, sujeito a qualquer outro fato ou circunstância que possa impedir a sua regular participação na presente licitação, ou a eventual contratação que deste procedimento possa decorrer;

6.2.15. **Anexo VIII** – Atestado de Visita Técnica emitido pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Rio das Pedras.

6.2.16. Comprovante de depósito de **Garantia de Participação** à presente licitação, conforme disposto no Item 4.3 deste edital;

6.2.17. Comprovação de capital social mínimo registrado e integralizado no valor de **R\$ 21.789,53 (vinte e um mil e setecentos e oitenta e nove reais e cinquenta e três centavos)**, através do contrato social consolidado ou certidão expedida pela Junta Comercial do Estado, com data emitida não superior a **90 (noventa) dias**;

6.2.18. **Certidão de registro ou inscrição da empresa junto ao CREA**, com validade em vigor;



6.2.19. Atestado(s) ou Certidão(ões) de capacidade técnica(s) operacional, emitido(s), necessariamente, em nome da empresa licitante fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado (s) no órgão competente - CREA, comprovando que a empresa licitante executou serviços compatível(is) com o objeto licitado, considerando as seguintes parcelas de maior relevância:

6.2.19.1. Ter executado Elaboração de projeto executivo de interceptor e/ou coletor tronco para esgotamento sanitário.

6.2.19.2. Ter elaborado documentação de licenciamento ambiental e outorgas de uso dos recursos hídricos para travessia sobre curso d'água junto ao DAEE.

6.2.20. Atestado(s) de capacidade técnica(s) profissional, emitido(s) em nome de profissional(is) de nível superior, (responsável técnico indicado), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, acompanhado(s) do(s) respectivo(s) Certificado(s) de Acervo(s) Técnico(s) – CAT, comprovando experiência(s) anterior(es) em serviços compatíveis com o objeto licitado e de característica(s) técnica(s) similar(es) ou superior(es), considerando as parcelas de maior relevância:

6.2.20.1. Ter executado Elaboração de projeto executivo de interceptor e/ou coletor tronco para esgotamento sanitário.

6.2.20.2. Ter elaborado documentação de licenciamento ambiental e outorgas de uso dos recursos hídricos para travessia sobre curso d'água junto ao DAEE.

6.2.21. Os profissionais indicados nos atestados de capacidade técnica profissional deverá(ão) fazer parte do quadro da empresa licitante até a data da apresentação dos documento(s) de habilitação e proposta(s), na condição de empregado(s), contratado (autônomo), diretor(es) ou sócio(s) obrigatoriamente comprovado através de documentação pertinente a condição;

6.2.22. Notas importantes do item relativo à documentação:

6.2.22.1. Os documentos solicitados para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de **cópia autenticada** por tabelião de notas, ou, excepcionalmente, por servidor habilitado pelo SAAE ou publicação na Imprensa Oficial, até a data e horário previsto para a abertura do Envelope nº 01.

6.2.22.2. Em todas as hipóteses referidas neste item, não serão aceitos protocolos e nem documentos com prazo de validade vencido.

6.2.22.3. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

6.2.22.4. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda documentação exigida para fins de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

6.2.22.5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **cinco dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame**, prorrogáveis por igual período, à critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de negativas.

6.3. Envelope Nº 02 – Proposta:

NOME DO LICITANTE



AO

SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE RIO DAS PEDRAS
SETOR DE LICITAÇÕES

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2018

Envelope nº 02 (dois) – PROPOSTA

6.3.1. A proposta deverá ser formulada em única via, datilografada ou digitada, datada e assinada em seu final e rubricada nas demais folhas caso houver, sem emendas, rasuras e borrões, preenchida conforme modelo no “**Anexo VII**”, contendo:

6.3.1.1. Dados do proponente;

6.3.1.2. Preço global para execução dos serviços, com registro numérico e por extenso, de acordo com as condições estabelecidas no termo de referência.

6.3.1.2.1. Apresentar juntamente com a proposta: Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro dos serviços.

6.3.1.3. Condições de pagamento: Até 15 dias após a apresentação da nota fiscal.

6.3.1.4. Prazo de validade da proposta com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias corridos, a contar do dia limite para a entrega dos envelopes propostas;

6.3.1.5. Prazo de execução: **06 (seis) meses** do recebimento da O.S.M.

6.3.1.6. Prazo de início das obras: após a assinatura do contrato, a contar da emissão da Ordem de Serviço pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Rio das Pedras.

6.3.1.7. A licitante deverá indicar ainda o nome do banco, o número da agência e da conta corrente em nome da licitante, onde será efetuado o pagamento.

6.3.1.8. Notas explicativas importantes quanto à proposta:

6.3.1.8.1. Nos preços deverão estar incluídos, além dos lucros, todas as despesas de custos, como por exemplo: materiais, mão de obra, transportes, cargas, equipamentos, seguros, encargos sociais e trabalhistas, segurança e medicina do trabalho, limpeza durante a construção da obra, custos e benefícios, tributos e quaisquer outras despesas, diretas ou indiretamente relacionadas com a execução total da obra;

6.3.1.8.2. A ocorrência de eventuais incorreções decorrentes da transcrição da planilha orçamentária fornecida pelo SAAE para impresso da própria licitante, será de total responsabilidade da proponente, podendo implicar em desclassificação da mesma por ocasião da análise e julgamento da proposta.

6.3.1.8.3. Não será considerado válido e, portanto, deverá ser excluído do preço global, qualquer valor extra apresentado pela licitante, cuja especificação não conste na planilha de orçamento fornecida nesta licitação.

6.3.1.8.4. Todos os valores, custos e preços ofertados terão como expressão monetária a moeda corrente no país, com apenas duas casas decimais após a vírgula.

6.3.1.8.5. A proposta deverá obedecer às especificações deste Instrumento Convocatório e Anexos, que dele fazem parte integrante.



7 - DA ABERTURA DOS ENVELOPES

7.1. Às **xxhxx do dia xx de agosto de 2018**, na presença dos interessados, devidamente credenciados, serão abertos os envelopes de N° 01 – DOCUMENTOS, pela Comissão de Licitações, a qual dar-se-á na sede do SAAE – Serviço Autônomo de Água Esgoto de Rio das Pedras, à Avenida Dr. Adhemar de Barros, n° 496, Centro, Rio das Pedras/SP – Sala da Comissão de Licitações.

7.1.1. O documento relativo ao credenciamento deverá ser entregue à Comissão de Licitação separadamente dos envelopes previstos no subitem 6.1, acompanhado de documento que identifique o credenciado, diretor ou sócio proponente, devendo ser conferido amplos poderes, inclusive, para desistir de eventuais recursos;

7.1.2. O documento de credenciamento será retido pela Comissão de Licitação e juntado ao processo licitatório.

7.1.2.1. A não apresentação ou incorreção do documento de credenciamento, não inabilitará ou desclassificará a licitante, mas impedirá o "representante" de se manifestar ou responder pela proponente, nas respectivas sessões, cabendo tão somente ao não credenciado o acompanhamento do desenvolvimento dos procedimentos, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos (art. 4º, Lei Federal nº 8.666/93).

7.1.3. Será liminarmente excluída da presente licitação a empresa que não apresentar todos os documentos exigidos no item 6.2, sendo-lhe devolvido fechado o envelope de N° 02 (dois) – Proposta, nos termos do que dispõe o artigo 43, inciso II, da Lei Federal nº 8666/93 e alterações.

7.1.3.1. Os documentos contidos nos envelopes nº 01, serão examinados e rubricados pelos participantes da Comissão de Licitação, bem como pelas proponentes ou seus representantes credenciados.

7.1.4. Se a decisão sobre a habilitação não puder ser proferida na sessão inaugural, a Comissão de Licitações designará nova data para a sua divulgação, após publicação na imprensa oficial para conhecimento de todos participantes.

7.1.5. Após a fase de habilitação, se ocorrer algum fato impeditivo desta, a empresa licitante por ele atingido deverá declará-lo por escrito, sob as penas da Lei, bem como não poderá desistir da proposta apresentada, salvo por motivo devido e expressamente justificado decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

7.2. Abertura dos envelopes N° 02 (dois):

7.2.1. Os envelopes N° 02 – PROPOSTA das empresas habilitadas serão abertos a seguir no mesmo local, pela Comissão Julgadora de Licitação, desde que haja renúncia expressa de todos os proponentes de interpor recursos de que trata o artigo 109, I, “a” da Lei Federal nº 8666/93. Caso contrário, a data da abertura será comunicada as proponentes através de publicação na imprensa oficial após julgado o recurso interposto, ou decorrido o prazo sem interposição.

7.2.2. As propostas contidas nos envelopes nº 02 serão examinadas e rubricadas pelos membros da Comissão Julgadora de Licitação, bem como pelos proponentes ou seus representantes presentes.

7.2.3. Será liminarmente excluída da presente licitação a empresa que não formular a proposta de acordo com o item 6.3, deste Edital.

7.2.4. Desta fase será lavrado ata circunstanciada a respeito, devendo toda e qualquer declaração constar obrigatoriamente da mesma, ficando sem direito de fazê-lo posteriormente, tanto os proponentes que não tiverem comparecido, como os que mesmo tendo comparecido, não consignarem em ata os seus protestos.



8 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Na classificação das propostas serão levados em conta:

8.1.1. Em conformidade com o tipo de licitação "menor preço", o julgamento será feito com base no "menor preço global", e a classificação se fará pela ordem crescente dos preços apresentados e aceitos.

8.2. Se houver **empate**, será assegurado o **exercício do direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte**, nos seguintes termos (LC n° 123, art. 44, caput):

8.2.1. Entende-se por **empate** aquelas situações em que os preços apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada (LC n° 123, art. 44, § 1º).

8.3. Serão desclassificadas as propostas:

8.3.1. Que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;

8.3.2. Com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, nos termos do artigo 48, incisos I e II, § 1º, alíneas "a" e "b" da Lei Federal N° 8.666/93 e alterações.

8.4. Não serão consideradas, admitidas ou aceitas propostas que ofereçam preços baseados nas ofertas das demais licitantes, simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

8.5. O resultado do julgamento será publicado no Diário Oficial e enviado via e-mail aos interessados.

9 – PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO OU RETIRADA DO DOCUMENTO EQUIVALENTE

9.1. A licitante considerada vencedora será notificada via fac-símile, e-mail ou por correspondência privada para, num prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, assinar o termo de contrato, aceitar ou, no mesmo prazo, retirar o instrumento equivalente, bem como, prestar a garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da contratação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal n°. 8.666/93.

9.2. Nos termos do § 2º do art. 64 da Lei 8.666/93, poderá a Administração, quando o convocado se recusar a assinar o contrato ou não retirar o documento equivalente, no prazo estabelecido, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições da primeira classificada, inclusive quanto ao preço ou revogar a licitação, independentemente da cominação estabelecida pelo art. 81 da Lei 8666/93.

9.3. No caso do contrato ser prorrogado, a CONTRATADA deverá prestar garantia adicional de 5% sobre o valor e/ou prazo do aditamento, na mesma modalidade anteriormente ofertada, ou outra permitida no art. 56, da Lei Federal n° 8.666/93.

9.4. Recolher **A.R.T. (Anotações de Responsabilidade Técnica)**, a qual deverá ser apresentada em até 05 (cinco) dias contados da assinatura do contrato para ser anexada ao processo. Caso o contrato seja aditado em serviços e/ou prazos, a CONTRATADA deverá recolher nova A.R.T., a qual deverá ser vinculada à principal.

9.5. O SAAE nomeará funcionário para vistoriar a execução do contrato e a prestar toda a assistência e a orientação que se fizerem necessárias, sendo responsável por toda e qualquer ocorrência do presente.

10 – DA VISTORIA TÉCNICA



10.1. A vistoria técnica dos serviços poderá ser realizada por representante devidamente credenciado pela empresa licitante, no horário normal de expediente municipal, juntamente com o responsável do SAAE, devendo ser agendada com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência através do telefone (19) 3493-3070.

11 - DOS REAJUSTES DE PREÇOS

11.1. Conforme dispõe a Lei Federal Nº: 8.880/94, os preços serão fixos e irredutíveis.

12 - DOS PAGAMENTOS

Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria do SAAE, mediante medições a serem realizadas, compatíveis com o cronograma Físico-Financeiro, devendo a empresa fornecer uma fatura correspondente aos valores dos mesmos e o preço unitário.

12.2. Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação da nota fiscal, devidamente extraída pela CONTRATADA, acompanhada do laudo de medição emitido pelo Responsável do SAAE e seu respectivo aceite, no prazo de **15 (quinze) dias** da apresentação da Nota Fiscal, depositado no Banco e Conta Corrente indicada pela CONTRATADA, desde que entregues com tempo hábil para o seu processamento.

12.2.1. Os fornecedores deverão atender a legislação, emitindo a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e.

12.2.2. Com a Nota Fiscal, a CONTRATADA, deverá reapresentar, ainda, relação contendo os nomes dos empregados que trabalharam na execução do contrato, inclusive os demitidos e os novos contratados e cópias do registro dos mesmos junto a empresa, devidamente anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.

12.2.3. Os pagamentos somente serão efetuados, após a CONTRATADA apresentar comprovantes de pagamentos dos salários dos funcionários, cópias e os originais dos comprovantes de recolhimentos da contribuição ao INSS e FGTS, dos empregados constantes na relação de que trata o item 12.2.2.

12.2.4. Caso não tenha decorrido o prazo legal para recolhimento dos encargos sociais e previdenciários até a data da apresentação da Nota Fiscal Fatura, cumpre a CONTRATADA apresentar a documentação devida quando do vencimento do prazo legal, sob pena de não ser efetuado o pagamento respectivo.

12.3. As cópias serão conferidas com os originais e autenticadas por servidor designado junto ao Setor Contábil do SAAE, que após a conferência anexará as mesmas ao processo licitatório.

12.4. Quando do pagamento devido, se os serviços contratados se enquadrarem no disposto da Lei Federal nº 9.711, de 20/11/98 e respectiva Ordem de Serviço, o SAAE reterá 11% do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, relativo a Seguridade Social, conforme dispõe a referida Lei.

12.5. Caso o dia de pagamento coincida com sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária ou reajuste.

12.6. No caso do SAAE atrasar os pagamentos, estes serão atualizados financeiramente “pro rata dies”, pelo INPC/IBGE, em vigor na data do efetivo pagamento.

13 – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DA RESCISÃO

13.1. O Contrato a ser firmado terá vigência e execução por **06 (seis) meses**, a partir da sua assinatura e recebimento da Ordem de Serviço, emitida pelo SAAE, respeitado o prazo para liquidação da despesa, podendo ser prorrogado, na ocorrência de qualquer das situações elencadas pelo parágrafo 1º do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

13.2. O prazo para conclusão dos serviços somente poderá ser prorrogado por motivos imperiosos, como: graves chuvas, enchentes, ou outro motivo de força



maior que impeça a execução normal dos serviços pela CONTRATADA, desde que devidamente justificada.

13.3. Independentemente de interpelação judicial, o contrato será rescindido nas hipóteses previstas pela Lei Federal nº. 8666/93.

14 – DA GARANTIA CONTRATUAL

14.1. A adjudicatária deverá oferecer, a título de garantia do contrato, conforme o artigo 56 da Lei Federal nº 8.666/93, o montante de 5% (cinco por cento) do valor do mesmo, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

14.1.1. Caução em dinheiro ou título da dívida pública;

14.1.2. Fiança bancária;

14.1.3. Seguro-garantia;

14.2. Se a caução for prestada em título da dívida pública, deverá a vencedora apresentar no ato, relação de documentos.

14.3. A garantia prestada será liberada ou restituída em até 90 (noventa) dias da emissão do Termo de Encerramento do Contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, ou pela rescisão do contrato, salvo se esta ocorrer por culpa da contratada.

15 – DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1. Os serviços deverão ser executados em perfeita conformidade com as condições estabelecidas nos anexos do presente edital, sendo que o projeto, as especificações ou qualquer outro documento que integre o presente processo administrativo são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

15.2. A fiscalização terá plena autoridade para suspender, por meios amigáveis ou não, os serviços, total ou parcialmente, sempre que julgar conveniente, por motivos técnicos, disciplinares, de segurança ou outros.

15.3. Havendo atraso ou antecipação na execução da obra ou serviços, por culpa ou iniciativa da Contratada, a se verificar através de comparação entre o faturamento previsto no Cronograma Físico-Financeiro vigente e o real, serão medidos os serviços executados ficando a cargo da fiscalização a sua liberação.

15.4. Quando concedida prorrogação de prazo os serviços serão medidos com base no Cronograma Físico-Financeiro atualizado.

16 – DAS PENALIDADES

16.1. Pela injustificada inexecução parcial ou total do objeto deste contrato, serão aplicadas à CONTRATADA, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da rescisão contratual.

16.1.1. Advertência;

16.1.2. Multa:

a) Multa pela recusa da CONTRATADA em aceitar o pedido de fornecimento sem a devida justificativa aceita pelo CONTRATANTE, no valor equivalente a 20% do valor adjudicado;

b) Multa pela inexecução parcial do contrato, no valor equivalente a 10% sobre a parcela inexecutada, podendo o CONTRATANTE autorizar a continuação do mesmo;

c) Multa pela inexecução total do contrato no valor equivalente a 20% sobre o valor do contrato;

d) Multa no valor equivalente a 10% do valor total do contrato se o produto for de má qualidade, fora dos mais rigorosos padrões de higiene ou em desacordo com as especificações propostas e aceitas pelo CONTRATANTE;



e) Multa por atraso na entrega no valor equivalente a 0,5% do valor total da nota de empenho, para cada dia de atraso, não podendo ultrapassar a 20%;

16.1.3. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, conforme o disposto artigo 87, inciso III, da Lei nº. 8.666/93.

16.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração, pelos prejuízos resultantes e, após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;

16.1.5. As multas são independentes entre si. A aplicação de uma não exclui a das outras, bem como das demais penalidades previstas em Lei.

16.1.6. O valor das multas aplicadas poderá ser deduzido do pagamento da nota fiscal ou de garantia prestada nos termos do art. 56, da Lei Federal nº. 8.666/93, se não houver recurso ou se o mesmo estiver definitivamente denegado.

16.1.7. Caso não haja nota fiscal pendente de pagamento ou prestação de garantia, a empresa será notificada a efetuar o pagamento administrativamente. Havendo resistência, a cobrança dar-se-á judicialmente.

16.1.8. De acordo com a Legislação Federal, é vedada a participação nesta Licitação de empresas que empreguem, de forma direta ou indireta, mão de obra infantil, exceto na condição de aprendiz, considerando-se mão de obra infantil aquela exercida por menores de 14 anos. A constatação, a qualquer tempo, do uso de mão de obra infantil pela licitante que vier a ser CONTRATADA, ensejará a rescisão do contrato, sem qualquer ônus para o SAAE de Rio das Pedras

16.1.9. A CONTRATADA estará sujeita ainda, às penalidades descritas no artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/93.

16.2. Os prazos para defesa prévia serão de 05 (cinco) dias úteis, nas hipóteses de advertência, multa, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, e de 10 (dez) dias úteis na hipótese de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

17 – DO RECEBIMENTO

17.1. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

17.1.1. Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias após o término da obra, por servidor designado pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes.

17.1.2. Definitivamente, em até de 90 (noventa) dias após o recebimento provisório, por servidor designado pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no artigo 69, da Lei Federal nº 8.666/93.

17.2. Fica facultada à CONTRATADA a indicação de um representante para, juntamente com o do órgão licitador, proceder ao recebimento do objeto da presente licitação.

18 - DA FISCALIZAÇÃO

18.1. O SAAE poderá em qualquer ocasião exercer a mais ampla fiscalização das obras, reservando-se o direito de rejeitá-las a seu critério, quando não forem consideradas satisfatórias, devendo a CONTRATADA refazê-las às suas expensas.



18.2. A fiscalização, por parte do SAAE, não eximirá ou reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA por danos que vier a causar diretamente à Administração e/ou a terceiros, decorrentes se sua culpa ou dolo na execução do contrato, seja por atos seus, de seus empregados ou prepostos.

18.3. Caberá à CONTRATADA:

18.3.1. Providenciar e selecionar a seu exclusivo critério, e contratar, em seu nome, a mão de obra necessária à execução dos serviços, seja ela especializada ou não, técnica ou administrativamente, respondendo por todos os encargos trabalhistas, previdenciários e sociais, os quais não terão vínculo empregatício algum com o SAAE.

18.3.2. Arcar com todas as despesas de alojamento, alimentação, transporte de pessoal, bem como todas aquelas de escritório;

18.3.3. Manter na execução dos serviços, somente trabalhadores com situação profissional regular e diretamente vinculados aos serviços em questão, efetuando a dispensa, dentro do prazo estabelecido pelo SAAE, dos trabalhadores que esta entender prejudiciais ao bom andamento das obras;

18.3.4. Fazer seguros contra acidentes de trabalho de seus empregados;

18.3.5. Cumprir rigorosamente todas as disposições legais referentes à segurança, higiene e medicina do trabalho, fornecendo, por sua conta, todos os materiais necessários à segurança do pessoal que trabalhar nas obras;

18.3.6. Fornecer, manter e repor por sua conta, todas as ferramentas e equipamentos necessários para a execução dos serviços.

18.3.7. Responder pela operação, manutenção e reparos dos equipamentos utilizados na execução dos serviços

18.3.8. Facultar ao SAAE exercer verificação dos materiais empregados, equipamentos e serviços em execução;

18.3.9. Quando solicitado pela Fiscalização da SAAE, a CONTRATADA deverá substituir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer recurso humano e/ou material julgado por ela inadequado;

18.3.10. Executar serviços indispensáveis à segurança dos serviços e construções vizinhas, além de reparos de danos causados a terceiros, arcando com seus custos, sempre que ocasionados por negligência ou imperícia de seus empregados e prepostos;

18.3.11. Assumir integral responsabilidade pelos serviços, inclusive responsabilidade técnica pela execução perante o CREA, dotando a obra de orientação técnica e arcando com todas as despesas de engenheiro e equipe administrativa locada direta ou indiretamente na obra;

18.3.12. Não substituir as suas equipes técnicas sem prévia verificação de documentos, informações e aceitação do SAAE;

18.3.13. Qualquer falha na execução, em que as obras estejam em desacordo com as normas e especificações técnicas, a CONTRATADA deverá refazê-las às suas expensas, sob pena de ser declarada inidônea para futuras licitações, sem prejuízo de outras penalidades;

18.3.14. Caberá à CONTRATADA demolir por sua conta, as obras executadas em desacordo com o projeto, especificações técnicas e determinação da fiscalização, bem como aquelas que apresentarem defeitos de material e vícios de construção, reconstruindo-as satisfatoriamente, sem qualquer ônus para o SAAE, sob pena de ser declarada inidônea para futuras licitações, sem prejuízo de outras penalidades;

18.3.15. A CONTRATADA se obriga a conservar um engenheiro à frente dos serviços e designar um preposto, mediante a aprovação prévia do SAAE;



18.3.16. A CONTRATADA deverá apresentar quando exigido, comprovantes de pagamentos de salários, apólice de seguro contra acidente de trabalho, quitação de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias relativas aos empregados que estejam ou tenham estado a serviço da CONTRATANTE, por força do contrato.

18.4. A Ordem de Serviço e toda correspondência relativa à presente licitação, deverá ser processada por escrito.

18.5. Na hipótese da CONTRATADA negar-se a assinar o recebimento com protocolo de qualquer correspondência a ela dirigida, a mesma será enviada pelo correio, registrada ou por aviso de recebimento (AR), considerando-se desta forma entregue para todos os efeitos.

19 – DOS RECURSOS

19.1. Dos atos da Administração caberão os recursos previstos no artigo 109 da Lei Federal nº 8666/93, os quais deverão ser dirigidos ao Superintendente do SAAE, através da Comissão Julgadora de Licitação, localizada à Avenida Dr. Adhemar de Barros, n.º 496 – Centro, Rio das Pedras/SP, nos dias de expediente, no horário das 8:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:30 horas.

20 - DOS ANEXOS

20.1. Fazem parte integrante e indissociável deste Instrumento Convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:

20.1.1. **Anexo I** – Minuta de Contrato;

20.1.2. **Anexo II** - Declaração de que conhece o Edital;

20.1.3. **Anexo III** – Declaração de que cumpre o inciso XXXIII do artigo 7º, da Constituição Federal;

20.1.4. **Anexo IV** – Dados cadastrais da empresa;

20.1.5. **Anexo V** – Declaração de enquadramento como ME ou EPP;

20.1.6. **Anexo VI** - Declaração de fato superveniente;

20.1.7. **Anexo VII** - Proposta Financeira, devendo ser instruída com a apresentação da planilha de preços e cronograma físico-financeiro;

20.1.8. **Anexo VIII** – Atestado de Visita Técnica;

20.1.9. **Anexo IX** – Aviso de Recebimento de Edital.

20.1.10. **Anexo X** – Termo de Referência, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico Financeiro.

20.2. Os formulários constantes dos Anexos II ao VII são modelos, os quais poderão ser elaborados segundo o critério de cada licitante.

21 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

21.1. O projeto, as especificações e toda a documentação pertinente ao processo licitatório são complementares entre si, de modo que qualquer omissão que possa ser suprida por outro documento não será tida como prejudicial.

21.2. O simples fato da participação na Licitação importa em irrevogável adesão da Licitante aos termos deste Edital, pelo que se obriga sob as sanções, ao integral cumprimento de sua proposta.

21.3. O SAAE poderá solicitar, de qualquer licitante, informações e esclarecimentos complementares para perfeito juízo e entendimento da documentação ou proposta apresentada.

21.4. A licitante que não puder comprovar a veracidade dos elementos informativos apresentados ao SAAE, quando solicitados eventualmente neste sentido, será automaticamente excluída da presente licitação.



21.5. A empresa vencedora do certame será responsável por quaisquer danos materiais e ambientais que venham a ocorrer em virtude dos serviços realizados bem como assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar a licitante ou a terceiros, por si ou por seus representantes, na execução dos serviços contratados, isentando o poder público contratante de qualquer responsabilização.

21.6. Será, ainda, de responsabilidade da proponente vencedora: obrigações decorrentes de acidente do trabalho ocorridos na execução dos serviços contratados; uso indevido de patentes registradas; as resultantes de caso fortuito e por qualquer causa, pela destruição ou danificação da obra em construção, até a definitiva aceitação da mesma; pelas indenizações que possam vir a serem devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos na via pública; bem como pelas obrigações trabalhistas e encargos sociais decorrentes da execução das obras, com o seguro de acidentes de seus operários ou empregados, bem como, a quitação das exigências municipais, estaduais ou federais.

21.7. O licitante poderá rejeitar as propostas em caso de não preenchimento correto das condições e especificações constantes nesse Edital.

21.8. Poderá o presente certame ser revogado, anulado ou realizada a contratação do objeto licitado no todo ou em parte, nas hipóteses previstas no art. 49 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, sem que caiba aos licitantes o direito a qualquer indenização, reembolso ou compensação, quando for o caso.

21.9. Não será permitida a subcontratação total do objeto ora licitado.

21.10. Pela elaboração e apresentação da documentação e proposta, as empresas não terão direito a auferir vantagens, remuneração ou indenização de qualquer espécie.

21.11. O presente edital poderá ser consultado na Sala de Licitações, no endereço mencionado no preâmbulo deste edital.

21.12. Cópia do Edital e seus Anexos, poderão ser retirados gratuitamente diretamente no endereço abaixo, das 8h00 às 11h30 e das 13h00 às 17h30, de segunda a sexta-feira, na Avenida Dr. Adhemar de Barros, n.º 496, Rio das Pedras, ou no site www.saaerdp.com.br.

Rio das Pedras, 05 de julho de 2018.

DANIEL GONÇALVES
Superintendente do SAAE



ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE RIO DAS PEDRAS E A EMPRESA _____, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO DO SISTEMA DE AFASTAMENTO (COLETOR TRONCO) DO CÓRREGO TIJUCO PRETO NO MUNICÍPIO DE RIO DAS PEDRAS.

DATA: ____ de _____ de 2018.

PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: (06 (seis) meses do recebimento da O.S.M. e Autorização).

VALOR GLOBAL: R\$ _____

LICITAÇÃO: Tomada de Preços nº 02/2018

CONTRATO: ____/2018.

Cláusula 1ª - DAS PARTES

1.1. O SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE RIO DAS PEDRAS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, com sede à Avenida Dr. Adhemar de Barros, n.º 496, Centro, Rio das Pedras/SP, representado neste ato pelo seu Superintendente, Sr. **DANIEL GONÇALVES**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado neste município à Rua xxxxx, n.º xxx, bairro xxxxx, portador do CPF ----- e do RG -----, adiante designado simplesmente CONTRATANTE, e;

1.2. A empresa _____, inscrita no CNPJ _____, com sede a _____ n.º _____, _____, em _____/____, adiante designada simplesmente CONTRATADA, por seu representante legal, Sr. _____, portador do CPF _____ e do RG _____, residente e domiciliado à _____, bairro _____, na cidade de _____/____, ajustam o seguinte:

Cláusula 2ª - DO OBJETO

2.1. Contratação de empresa de engenharia para elaboração do Projeto Executivo do sistema de afastamento (coletor tronco) do córrego Tijuco Preto no Município de Rio das Pedras, conforme Anexo X – Termo de Referência, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro, que fazem parte integrante do Edital de Tomada de Preços nº 01/2018.

Cláusula 3ª - DO PREÇO

3.1. Pela prestação dos serviços referidos na cláusula anterior, sub-item 2.1, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de R\$ _____ (_____), conforme valores apresentados pela CONTRATADA em sua proposta.

3.2. No preço já estão incluídos, além dos lucros, todas as despesas de custos, como por exemplo: materiais, mão de obra, equipamentos, transportes, cargas, seguros, encargos sociais e trabalhistas, segurança e medicina do trabalho, limpeza do local durante a execução das obras, custos e benefícios, tributos e quaisquer outras despesas direta ou indiretamente relacionadas com a execução total das obras.



Cláusula 4ª - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria do SAAE, mediante medições a serem realizadas, compatíveis com o cronograma Físico-Financeiro, devendo a empresa fornecer uma fatura correspondente aos valores dos mesmos e o preço unitário.

4.2. Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação da nota fiscal, devidamente extraída pela CONTRATADA, acompanhada do laudo de medição emitido pelo Responsável designado pelo Superintendente do SAAE e seu respectivo aceite, no prazo de 15 (quinze) dias da apresentação da Nota Fiscal, depositado no Banco _____, Agência _____ e Conta Corrente _____, indicada pela CONTRATADA, desde que entregues com tempo hábil para o seu processamento.

4.2.1. Os fornecedores deverão emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e.

4.2.2. Com a Nota Fiscal, a CONTRATADA, deverá reapresentar, ainda, relação contendo os nomes dos empregados que trabalharam na execução do contrato, inclusive os demitidos e os novos contratados e cópias do registro dos mesmos junto a empresa, devidamente anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.

4.2.3. Os pagamentos somente serão efetuados, após a CONTRATADA apresentar comprovantes de pagamentos dos salários dos funcionários, cópias e os originais dos comprovantes de recolhimentos da contribuição ao INSS e FGTS, dos empregados constantes na relação de que trata o item 4.2.2.

4.2.4. Caso não tenha decorrido o prazo legal para recolhimento dos encargos sociais e previdenciários até a data da apresentação da Nota Fiscal Fatura, cumpre a CONTRATADA apresentar a documentação devida quando do vencimento do prazo legal, sob pena de não ser efetuado o pagamento respectivo.

4.3. As cópias serão conferidas com os originais e autenticadas por servidor designado junto ao Setor Contábil Municipal, que após a conferência anexará as mesmas ao processo licitatório.

4.4. Quando do pagamento devido, se os serviços contratados se enquadrarem no disposto da Lei Federal nº 9.711, de 20/11/98 e respectiva Ordem de Serviço, o SAAE reterá 11% do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, relativo a Seguridade Social, conforme dispõe a referida Lei.

4.5. Caso o dia de pagamento coincida com sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária ou reajuste.

4.6. No caso do CONTRATANTE atrasar os pagamentos, estes serão atualizados financeiramente “pro rata dies”, pelo índice INPC/IBGE, em vigor na data do efetivo pagamento.

Cláusula 5ª - DO PRAZO

5.1. O Contrato a ser firmado terá vigência e execução de **06 (seis) meses**, a partir da sua assinatura e recebimento da Ordem de Serviço, emitida pelo SAAE, respeitado o prazo para liquidação da despesa, podendo ser prorrogado, na ocorrência de qualquer das situações elencadas pelo parágrafo 1º do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

5.2. O prazo para conclusão das obras somente poderá ser prorrogado por motivos imperiosos, como: graves chuvas, enchentes, ou outro motivo de força maior que impeça a execução normal dos serviços pela CONTRATADA, desde que devidamente justificada.

Cláusula 6ª - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA



6.1. A CONTRATADA reconhece por este instrumento que é a única e exclusiva responsável por danos ou prejuízos que possam causar a CONTRATANTE, coisas ou pessoas de terceiros, correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos, nos termos do Código Civil Brasileiro e legislação pertinente.

6.2. Responder pelos serviços que executar, na forma da lei.

6.3. Prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho.

6.4. Executar os trabalhos em perfeita conformidade com as condições estabelecidas no edital a que está vinculado este contrato.

6.5. Prestar, sem ônus para o CONTRATANTE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas verificadas nos trabalhos.

6.6. Empregar na execução dos serviços materiais de primeira qualidade, que obedeçam as especificações da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), do projeto e que sejam aprovados pela fiscalização antes de sua utilização. Na ocorrência devidamente comprovada da impossibilidade de se adquirir e empregar um material especificado deverá ser solicitado a sua substituição, a juízo da fiscalização que analisará sua qualidade, resistência, aspecto e preço.

6.7. Manter no local dos serviços, pelo menos 01 (um) Engenheiro, dando assistência em tempo integral ao seu pessoal durante a execução dos mesmos.

6.8. Indicar o Engenheiro Responsável pelos trabalhos por ocasião da assinatura do contrato, fornecendo à Fiscalização o currículo do profissional e as respectivas ARTs – **Anotações de Registros Técnicos**, de responsabilidade de execução.

6.9. A eventual substituição do engenheiro responsável deverá ser comunicada com devida antecedência ao CONTRATANTE e depende de sua concordância.

6.10. Fornecer a pedido da fiscalização, a qualquer momento, todas as informações relativas à execução dos serviços, sem que tal atitude implique em responsabilidade da fiscalização sobre a ação da mesma.

6.11. Fornecer e conservar, pelo período que for necessário, equipamentos mecânicos e ferramental adequado e, contratar mão de obra idônea, de modo a reunir permanentemente em serviço uma equipe homogênea e suficiente de operários, mestres, empregados e engenheiros que possam assegurar o progresso satisfatório às obras.

6.12. Responsabilizar-se pelas instalações provisórias no local de execução dos serviços, inclusive o estabelecimento e manutenção dos meios de transporte horizontais e verticais para atender as necessidades dos serviços, bem como as de outros contratados, na forma contratual.

Cláusula 7ª – DAS PENALIDADES

7.1. Pela injustificada inexecução parcial ou total do objeto deste contrato, serão aplicadas à CONTRATADA, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da rescisão contratual.

7.1.1. Advertência;

7.1.2. Multa:

a) Multa pela recusa da CONTRATADA em aceitar o pedido de fornecimento sem a devida justificativa aceita pelo CONTRATANTE, no valor equivalente a 20% do valor adjudicado;

b) Multa pela inexecução parcial do contrato, no valor equivalente a 10% sobre a parcela inexecutada, podendo o CONTRATANTE autorizar a continuação do mesmo;



c) Multa pela inexecução total do contrato no valor equivalente a 20% sobre o valor do contrato;

d) Multa no valor equivalente a 10% do valor total do contrato se o produto for de má qualidade, fora dos mais rigorosos padrões de higiene ou em desacordo com as especificações propostas e aceitas pelo CONTRATANTE;

e) Multa por atraso na entrega no valor equivalente a 0,5% do valor total da nota de empenho, para cada dia de atraso, não podendo ultrapassar a 20%;

7.1.3. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, conforme o disposto artigo 87, inciso III, da Lei nº. 8.666/93.

7.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração, pelos prejuízos resultantes e, após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;

7.1.5. As multas são independentes entre si. A aplicação de uma não exclui a das outras, bem como das demais penalidades previstas em Lei.

7.1.6. O valor das multas aplicadas poderá ser deduzido do pagamento da nota fiscal ou de garantia prestada nos termos do art. 56, da Lei Federal nº. 8.666/93, se não houver recurso ou se o mesmo estiver definitivamente denegado.

7.1.7. Caso não haja nota fiscal pendente de pagamento ou prestação de garantia, a empresa será notificada a efetuar o pagamento administrativamente. Havendo resistência, a cobrança dar-se-á judicialmente.

7.1.8. De acordo com a Legislação Federal, é vedada a participação nesta Licitação de empresas que empreguem, de forma direta ou indireta, mão de obra infantil, exceto na condição de aprendiz, considerando-se mão de obra infantil aquela exercida por menores de 14 anos. A constatação, a qualquer tempo, do uso de mão de obra infantil pela licitante que vier a ser CONTRATADA, ensejará a rescisão do contrato, sem qualquer ônus para o SAAE de Rio das Pedras.

7.1.9. A CONTRATADA estará sujeita ainda, às penalidades descritas no artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/93.

7.2. Os prazos para defesa prévia serão de 05 (cinco) dias úteis, nas hipóteses de advertência, multa, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, e de 10 (dez) dias úteis na hipótese de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Cláusula 8ª – DA GARANTIA CONTRATUAL

8.1. A CONTRATADA oferece, a título de garantia do Contrato, e conforme o art. 56 da Lei Federal nº 8666/93, a importância de R\$. _____ (_____), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do mesmo, sob forma de _____ (uma das hipóteses do art. 56, cuja escolha é da Contratada).

8.2. A garantia prestada será liberada ou restituída em até 90 (noventa) dias da emissão do Termo de Encerramento do Contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, com base no INPC/IBGE, conforme legislação vigente, ou pela rescisão do contrato, salvo se esta ocorrer por culpa da contratada.

Cláusula 9ª - DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1. A rescisão contratual poderá ser:

9.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados a seguir:

9.1.1.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;



9.1.1.2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

9.1.1.3. A lentidão constante no cumprimento do atendimento dos serviços, levando o CONTRATANTE a comprovar a falta de interesse da CONTRATADA;

9.1.1.4. O atraso injustificado no início dos serviços;

9.1.1.5. A subcontratação total do seu objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no instrumento convocatório e no contrato;

9.1.1.6. O desatendimento das determinações regulares do agente designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;

9.1.1.7. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

9.1.1.8. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

9.1.1.9. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

9.1.1.10. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa do órgão CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

9.1.1.11. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

9.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo administrativo, desde que haja conveniência do CONTRATANTE.

9.1.3. Em caso de rescisão enumerada abaixo, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido;

9.1.3.1. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados pela máxima autoridade do órgão CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

9.1.3.2. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

9.1.3.3. A suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões, que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado a CONTRATADA nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

9.1.3.4. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE decorrente de serviços ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurados a CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que, sua decisão deverá ser comunicada por escrito ao CONTRATANTE.

9.1.4. A rescisão contratual pelo não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos acarreta as seguintes consequências:

9.1.4.1. Assunção imediata do objeto contratado, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do CONTRATANTE;

9.1.4.2. Ocupação e utilização do local, instalação, equipamentos e pessoal empregados na execução do Contrato, necessário à sua continuidade;

9.1.4.3. Execução da garantia contratual, para ressarcimento do CONTRATANTE e dos valores das multas e indenizações a ela devidos.



Cláusula 10ª - DOS RECURSOS FINANCEIROS

10.1. As despesas supra oriundas da contratação ora licitada serão atendidas pelas seguintes dotações orçamentárias: 44.90.51.99.

10.2. Orçamento estimativo como fator limitante **R\$ 217.895,33 (duzentos e dezessete mil e oitocentos e noventa e cinco reais e trinta e três centavos).**

10.3. **Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO: R\$ 196.105,80 (cento e noventa e seis mil e cento e cinco reais e oitenta centavos) e Recursos Próprios: R\$ 21.789,53 (vinte e um mil e setecentos e oitenta e nove reais e cinquenta e três centavos).**

Cláusula 11ª - DOS REAJUSTES DE PREÇOS

11.1. Conforme dispõe a Lei Federal N.º: 8.880/94, os preços serão fixos e irrevogáveis.

Cláusula 12ª - DO SUPORTE LEGAL

12.1. Este contrato é regulamentado pelos seguintes dispositivos legais:

12.1.1. Constituição Federal; Lei Orgânica Municipal; Lei Federal N.º: 8.666/93; Lei Federal N.º: 8.880/94; Lei Federal N.º: 8.883/94; Lei Federal N.º: 9.032/95; Lei Federal N.º: 9.069/95; Lei Federal N.º: 9.648/98; Lei Federal N.º: 9.854/99; Lei Complementar n.º 123/06 e 147/14; Lei n.º 12.440/2011; Demais disposições legais passíveis de aplicação, inclusive subsidiariamente, os princípios gerais de Direito.

Cláusula 13ª – DO RECEBIMENTO

13.1. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

13.1.1. Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias após o término da obra, por servidor designado pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes.

13.1.2. Definitivamente, em até de 90 (noventa) dias após o recebimento provisório, por servidor designado pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no artigo 69, da Lei Federal n.º 8.666/93.

13.2. Fica facultado à CONTRATADA a indicação de um representante para, juntamente com o CONTRATANTE, proceder ao recebimento do objeto da presente licitação.

Cláusula 14ª – DA FISCALIZAÇÃO

14.1. O Departamento Municipal de Obras, poderá em qualquer ocasião exercer a mais ampla fiscalização das obras, reservando-se o direito de rejeitá-las a seu critério, quando não forem consideradas satisfatórias, devendo a CONTRATADA refazê-las às suas expensas.

14.2. A fiscalização, por parte do SAAE não eximirá ou reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA por danos que vier a causar diretamente à Administração e/ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, seja por atos seus, de seus empregados ou prepostos.



14.3. Caberá à CONTRATADA:

14.3.1. Observar escrupulosamente a boa prática de construção, as normas técnicas e empregar materiais constantes das especificações do projeto executivo e memorial descritivo, respeitando com fidelidade as formas e dimensões dos desenhos, bem como as leis, regulamentos e posturas Federais, Estaduais e Municipais relativos aos serviços, cumprindo imediatamente as intimações e exigências das respectivas autoridades;

14.3.2. Providenciar e selecionar a seu exclusivo critério, e contratar, em seu nome, a mão de obra necessária à execução dos serviços, seja ela especializada ou não, técnica ou administrativamente, respondendo por todos os encargos trabalhistas, previdenciários e sociais, os quais não terão vínculo empregatício algum com o SAAE

14.3.3. Arcar com todas as despesas de alojamento, alimentação, transporte de pessoal, bem como todas aquelas de escritório;

14.3.4. Manter na execução dos serviços somente trabalhadores com situação profissional regular e diretamente vinculados a serviços das obras em questão, efetuando a dispensa, dentro do prazo estabelecido pelo SAAE, dos operários que esta entender prejudiciais ao bom andamento das obras;

14.3.5. Fazer seguros contra acidentes de trabalho de seus empregados;

14.3.6. Cumprir rigorosamente todas as disposições legais referentes à segurança, higiene e medicina do trabalho, fornecendo, por sua conta, todos os materiais necessários à segurança do pessoal que trabalhar nas obras;

14.3.7. Fornecer, manter e repor por sua conta, todas as ferramentas e equipamentos necessários para a execução das obras;

14.3.8. Responder pela operação, manutenção e reparos dos equipamentos utilizados na execução da obra;

14.3.9. Facultar ao SAAE exercer verificação dos materiais empregados, equipamentos e serviços em execução;

14.3.10. Quando solicitado pela Fiscalização do SAAE, a CONTRATADA deverá substituir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer recurso humano e/ou material julgado por ela inadequado.

14.3.11. Executar serviços indispensáveis à segurança dos serviços e construções vizinhas, além de reparos de danos causados a terceiros, arcando com seus custos, sempre que ocasionados por negligência ou imperícia de seus empregados e prepostos;

14.3.12. Assumir integral responsabilidade pelos serviços, inclusive responsabilidade técnica pela execução perante o CREA, dotando a obra de orientação técnica e arcando com todas as despesas de engenheiro e equipe administrativa locada direta ou indiretamente na obra;

14.3.13. Não substituir as suas equipes técnicas sem prévia verificação de documentos, informações e aceitação do SAAE;

14.3.14. Qualquer falha na execução, em que as obras estejam em desacordo com as normas e especificações técnicas, a CONTRATADA deverá refazê-las às suas expensas, sob pena de ser declarada inidônea para futuras licitações, sem prejuízo de outras penalidades;

14.3.15. Caberá à CONTRATADA demolir por sua conta, as obras executadas em desacordo com o projeto, especificações técnicas e determinação da fiscalização, bem como aquelas que apresentarem defeitos de material e vícios de construção, reconstruindo-as satisfatoriamente, sem qualquer ônus para ao SAAE, sob pena de ser declarada inidônea para futuras licitações, sem prejuízo de outras penalidades;

14.3.16. A CONTRATADA será responsável, se houver necessidade, pela sinalização do trânsito durante a execução dos serviços, bem como por todo e qualquer dano causado a terceiros;



14.3.17. A CONTRATADA se obriga a conservar um engenheiro à frente dos serviços e designar um preposto, mediante a aprovação prévia do SAAE;

14.3.18. A CONTRATADA deverá observar nos locais, onde se realizaram as obras, os serviços já existentes com benfeitorias de Terceiros e do Poder Público Municipal, caso venham prejudicá-los serão refeitos sem ônus para a CONTRATANTE, não sendo admitidos aditamentos de valor ou prazo.

14.3.19. A CONTRATADA deverá apresentar quando exigido, comprovantes de pagamentos de salários, apólice de seguro contra acidente de trabalho, quitação de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias relativas aos empregados que estejam ou tenham estado a serviço da CONTRATANTE, por força do contrato.

14.4. A Ordem de Serviço e toda correspondência relativa à presente licitação, deverá ser processada por escrito.

14.5. Na hipótese da CONTRATADA negar-se a assinar o recebimento com protocolo de qualquer correspondência a ela dirigida, a mesma será enviada pelo correio, registrada ou por aviso de recebimento (AR), considerando-se desta forma entregue para todos os efeitos.

Cláusula 15ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

15.1. Aplica-se, no que couber, o disposto no artigo 79, da Lei Federal N.º 8.666/93, bem como outros dispositivos legais previstos na aludida Lei.

15.2. A CONTRATADA assume a exclusiva responsabilidade pelo pagamento de salários, encargos trabalhistas e previdenciários advindos da legislação vigente, sendo que o pessoal por ela designado para trabalhar na execução do objeto deste contrato, não terá vínculo empregatício algum com o CONTRATANTE.

15.3. Fica expressamente proibida a subcontratação total deste contrato.

15.4. A CONTRATADA assume total responsabilidade pela execução integral deste contrato, sem direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos não previstos em sua proposta quer decorrentes de erro ou omissão de sua parte.

15.5. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.

15.6. Toda e qualquer etapa que tenha que ser feita pela CONTRATADA por erro ou incompetência, não acarretará ônus financeiro para o CONTRATANTE e nem aditamento de prazo.

15.7. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15.8. As dúvidas surgidas na aplicação deste contrato, bem como os casos omissos serão solucionados pelo Executivo Municipal, ouvidos os órgãos técnicos especializados, ou profissionais que se fizerem necessários.

15.9. Prevalecerá o presente contrato no caso de haver divergências entre ele e os documentos eventualmente anexados.

15.9.1. O projeto, as especificações e toda a documentação pertinente ao processo licitatório são complementares entre si, de modo que qualquer omissão que possa ser suprida por outro documento não será tida como prejudicial.

15.10. Fica eleito o Foro Distrital de Rio das Pedras, Comarca de Piracicaba para solução em primeira instância, de quaisquer questões suscitadas na execução deste contrato não resolvidos administrativamente.

15.11. Lido e achado conforme assinam este instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, as partes e as testemunhas.

Rio das Pedras, -- de ----- de 2018.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE
Av. Adhemar de Barros, n.º 496 – Centro – CEP 13.390-000 – Rio das Pedras/SP

DANIEL GONÇALVES
Superintendente

Contratada

Testemunhas:

1. Nome:
RG.

2. Nome:
RG.



TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

Órgão ou Entidade: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE RIO DAS PEDRAS

Contrato N.º: ____/2018

Objeto:

Contratante: SAAE – RIO DAS PEDRAS

Contratada:

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar n.º 709, de 14 de janeiro de 1993, precedidos de mensagem eletrônica aos interessados.

Rio das Pedras, ____ de _____ de 2018.

CONTRATANTE:

Nome e Cargo:

E-mail institucional:

E-mail pessoal:

Assinatura: _____

CONTRATADA:

Nome e Cargo:

E-mail institucional:

E-mail pessoal:

Assinatura: _____



TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2018

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DE EDITAL

A empresa _____, estabelecida à Rua _____, _____, Bairro _____, _____/____, inscrita com CNPJ _____, representada neste ato pelo seu diretor abaixo identificado e assinado, declara expressamente que conhece o Edital desta licitação, bem como todos os seus elementos constitutivos; que não tem nenhuma dúvida ou questionamento sobre o mesmo; que possui pleno conhecimento de todas as informações; que recebeu todos os documentos da administração pública municipal; que possibilitou a elaboração de suas propostas técnica e financeira, aceitando tacitamente todas as condições do presente Edital da **Tomada de Preços nº 02/2018** do SAAE de Rio das Pedras.

Sendo esta declaração a expressão da verdade, firmo a presente.

Data. ____/____/____ de 2018.

Nome e Assinatura do Representante Legal
RG



TOMADA DE PREÇOS N° 02/2018

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA C.F.

A empresa _____, estabelecida à Rua/Av. _____, _____, Bairro _____, em _____/_____, inscrita com CNPJ _____, representada neste ato pelo seu diretor abaixo identificado e assinado, declara expressamente que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem tampouco menores de 16 (dezesesseis) anos, cumprindo integralmente o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal.

Sendo esta declaração a expressão da verdade, firmo o presente.

_____/_____/2018.

Nome e Assinatura do Representante Legal
RG



ANEXO IV – DADOS CADASTRAIS – TOMADA DE PREÇOS N° 02/2018

a) Dados cadastrais:

1. Razão Social:
2. Endereço: Bairro:
3. Município: Estado: CEP:
4. Inscrição no CNPJ:
5. Inscrição Estadual:
6. Telefone: () Fax: ()
7. E-mail:

b) Dados cadastrais obrigatórios do representante legal que assinará o contrato:

1. Nome:
2. Nacionalidade: Estado Civil:
3. CPF: RG:
4. Endereço residencial: Bairro:
5. Município: Estado: CEP:
6. Cargo que ocupa na empresa:
7. E-mail corporativo:
8. E-mail particular:

_____, ____ de _____ de 2018.

Nome e Assinatura
Repr. Legal



TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2018

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO “ME” OU “EPP”, PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DAS LEIS COMPLEMENTARES Nº 123/06 E 147/14

no CNPJ nº _____, inscrito
intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____,
portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito no CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins do disposto na Lei Complementar nº 123/06, atualizada pela LC 147/14, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da Lei, que esta Empresa, na presente data, enquadra-se como:

() **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.

Declaro ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da LC Nº 123/06, atualizada pela LC 147/14.

Data. ____/____/____ de ____

Nome e Assinatura do Representante Legal
RG nº _____

Obs.: A referida declaração deverá vir acompanhada de documento legal que mencione seu enquadramento, conf. item 6.2.13 do edital.



TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2018

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

....., inscrito no CNPJ nº
..... e Inscrição Estadual nº., por intermédio de seu
representante legal o (a) Sr (a)
....., portador (a) da Carteira de Identidade nº
..... e inscrito no CPF nº., DECLARA, para fins
do disposto no § 2º, do artigo 32, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido
pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não está impedida de participar de licitações ou
contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta e que não é declarada inidônea pelo
Poder Público, de quaisquer esferas da Federação. Não se encontra, nos termos da legislação em
vigor ou do Pregão, sujeito a qualquer outro fato ou circunstância que possa impedir a sua
regular participação na presente licitação ou a eventual contratação que deste procedimento
possa ocorrer.

.....
(data)

.....
(representante legal)



ANEXO VII – TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2018 – PROPOSTA FINANCEIRA

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para elaboração do Projeto Executivo do sistema de afastamento (coletor tronco) do córrego Tijuco Preto no Município de Rio das Pedras.

1 – Dados do Proponente:

Razão Social: _____

Endereço: _____ Município/UF: _____

Inscr. CNPJ: _____ Inscr. Est.: _____

Telefone: (____) _____ Fax: (____) _____

E-mail: _____

2 – Preço da obra:

Objeto	Total R\$.
Contratação de empresa de engenharia para elaboração do Projeto Executivo do sistema de afastamento (coletor tronco) do córrego Tijuco Preto no Município de Rio das Pedras.	
Valor global por extenso:	

2.1. Anexar juntamente com a proposta:

- a) Planilha Orçamentária;
- b) Cronograma Físico-Financeiro.

3 - Pagamento: 15 (quinze) dias da emissão das Notas Fiscais, emitidas conforme medição, realizada pelo responsável designado pelo SAAE de Rio das Pedras.

4 – Validade da proposta: _____ dias (mínimo 60 dias da abertura).

5 – Prazo de execução: **06 (seis) meses** contados após a emissão da Ordem de Serviço Municipal.

6 – Nome do banco, nº da agência e da C/C para pagamento:

Banco: _____ - Agência: _____ - C/C: _____

Data: _____ de _____ de 2018.

Nome e Assinatura Repr. Legal



ANEXO VIII - ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

Atesto para os devidos fins que a empresa _____, com sede na cidade de _____, através de seu representante, Sr. _____, RG. Nº _____, realizou visita técnica para Contratação de empresa de engenharia para elaboração do Projeto Executivo do sistema de afastamento (coletor tronco) do córrego Tijuco Preto no Município de Rio das Pedras.

Rio das Pedras ____ de _____ de 2018.

Eng.^a
CREA Nº



ANEXO IX

AVISO DE RECEBIMENTO – TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2018

É de responsabilidade da empresa o envio do Recibo do Edital. O recebimento deverá ser comunicado, preferencialmente, através do e-mail saaerdp@yahoo.com.br ou na impossibilidade através do fax (19) 34933070 em mensagem contendo necessariamente todos os elementos do modelo a seguir:

Razão Social	
CNPJ	
I.E.	
ENDEREÇO/Nº	
BAIRRO	
CIDADE/UF	
CEP	
TELEFONE	
FAX	
CELULAR	
CONTATO	
E-MAIL	

Local e data: _____

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa